

Mudanças no significado estratégico da Amazônia nas políticas e na Estratégia Nacional de Defesa

Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior¹

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre²

Resumo

Hodiernamente, o pensamento estratégico e militar brasileiro tem facilidade em vislumbrar a Amazônia e sua vertente “azul” como prioridades estratégicas nacionais. Contudo, a centralidade da Amazônia não emerge prontamente nos primeiros documentos orientadores da Defesa Nacional no pós-redemocratização. O presente artigo realiza uma análise da mudança de significado estratégico desta região para o planejamento militar e para a segurança regional. Esta avaliação prioriza o período de 1996 a 2008, ao se debruçar sobre as políticas de defesa nacional de 1996 e 2005 e a Estratégia Nacional de Defesa de 2008. Em paralelo, o texto discute dinâmicas de (in)segurança, predominantemente irregulares, que minam a segurança nacional brasileira, em especial, originadas da subregião Amazônica.

Palavras-chave: Amazônia; Política de Defesa; Estratégia Nacional de Defesa.

Introdução

Embora há muito tempo presente no imaginário popular e geoestratégico, apenas recentemente a Amazônia vem adquirindo destaque nas agendas de debate público nesta área por ostentar algumas das principais dinâmicas de segurança da América do Sul. Os desdobramentos de conflitos históricos em Estados vizinhos, notadamente na Colômbia e no Peru, podem representar novas fontes de insegurança para o país. Desta forma, é possível levar em consideração o Plano Colômbia como possível grande impulsionador da militarização naquele país. No Peru, destaca-se um processo de ressurgimento do grupo Sendero Luminoso, que alimenta uma possibilidade de retorno à luta política violenta e militarizada.

1

Doutorando em Ciência Política (UFPE). Docente do Curso de Relações Internacionais do DRI/UFPE. Sócio da Associação Brasileira de Estudos de Defesa – ABED. Contato: augustoteixeirajr@gmail.com; augustoteixeirajr@ccsa.ufpb.br

2

Mestrando em Ciência Política (UFPE). Sócio da Associação Brasileira de Estudos de Defesa – ABED. Contato: fabio.f.nobre@gmail.com

O artigo estrutura-se da seguinte maneira: após a introdução, discutimos o papel que desempenha a Amazônia brasileira nas políticas de defesa nacional de 1996 e 2005, tal como na Estratégia Nacional de Defesa de 2008. Baseado na análise política e institucional, o texto aborda a reorganização geográfica das Forças Armadas brasileiras na região em apreço. Por fim, nas considerações finais sintetizamos o argumento do texto e os resultados da pesquisa.

A Amazônia nas Políticas de Defesa Nacionais de 1996 e 2005

Após o processo de redemocratização, mas antes da criação do Ministério da Defesa (em 1999), o governo de Fernando Henrique Cardoso elaborou a primeira Política de Defesa Nacional (PDN, 1996)³. Esta política iniciava a sua reflexão baseada na reestruturação da segurança internacional do pós-guerra fria, à luz do cenário de incertezas que então se descortinava. Embora a PDN afirmasse em sua introdução (item 1.2) que a política de defesa era voltada às ameaças externas, a caracterização dessas ameaças fogem ao escopo dos enfrentamentos tradicionais das forças militares.

Semelhante ao texto constitucional, a PDN era extremamente genérica quanto aos objetivos da defesa, variando de missões clássicas (garantia da soberania e preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais) até objetivos de segurança, não necessariamente vinculados ao poder militar (como “a garantia do Estado de Direito e das Instituições democráticas”). Embora o documento apresente uma percepção extremamente ampla do que significa defesa, confundindo-se com segurança, no que tange a orientação estratégica faz a distinção entre “ativa diplomacia voltada para a paz” (segurança; instrumento civil) e “postura estratégica dissuasória de caráter defensivo” (defesa e forças armadas)⁴.

No documento de 2005, a Política de Defesa Nacional (PDN, 2005)⁵ a ênfase nas ameaças externas é relativizada pelo termo “preponderantemente”, explicitando que ameaças internas estariam passíveis de serem tratadas como assunto de defesa

3

Política de Defesa Nacional, disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DEFES.HTM

4

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DEFES4.HTM

5

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm

nacional. No texto, as chamadas “novas ameaças” fazem-se presentes no âmbito das preocupações estratégicas do Estado brasileiro. O documento faz referência à ampliação do escopo rotulado como segurança, abarcando dimensões como a política, militar, econômico, social, ambiental, entre outras. Claramente ancorado na abordagem de segurança setorial da Escola de Copenhague (BUZAN, WAEVER e JAAP, 1998), o documento permite a relativização do papel das Forças Armadas para novas missões, complementares e MOTW (*Missions Other Than War*), como as Missões de Paz. Contudo, a defesa externa permanece como papel primordial das Forças Armadas, mas não o único. Ademais, como é possível observar na seção Diretrizes, a PDN é genérica quanto as diretrizes da defesa, confundindo-se com áreas de responsabilidade de outros Ministérios, como o Ministério de Relações Exteriores. Com isso, a PDN possui uma versão mais política de segurança do que de defesa.

O predomínio da zona cinzenta entre segurança e defesa nas Políticas de Defesa Nacional de 1996 e 2005, permitiu a inclusão no campo da defesa da percepção de ameaças caras à segurança (pública e nacional), como o narcotráfico, guerrilhas e crime organizado. Essa dimensão está presente na PDN de 1996, quando afirma que:

No âmbito regional, persistem zonas de instabilidade que podem contrariar interesses brasileiros. A ação de bandos armados que atuam em países vizinhos, nos lindes da Amazônia brasileira, e o crime organizado internacional são alguns dos pontos a provocar preocupação.⁶

Entretanto, apesar dessa percepção, a Amazônia não é explicitada na guisa de objetivos da PDN de 1996. A Amazônia só volta a ser citada na seção Diretrizes ao constar linha de ação “proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar”⁷. A região em questão é mencionada de forma explícita em apenas dois momentos da Política de Defesa de 1996.

Na versão de 2005 é possível notar mudanças de prioridade da região Amazônica. Na seção “O ambiente regional e o entorno estratégico” é incorporada na política de defesa uma percepção regional de segurança. Nesta, a Amazônia figura como central ao

6

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DEFES2.HTM

7

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DEFES5.HTM

planejamento da defesa, ao lado da priorização do Atlântico Sul. Contudo, essa percepção de risco e ameaça notada para Amazônia é de caráter irregular, não-estatal e difuso, semelhante ao que aparecia na política de defesa anterior. Porém, vale salientar que no documento agora sob discussão é apresentada uma explanação mais densa sobre como a Amazônia e sua vertente atlântica (Amazônia Azul), que figura como “áreas prioritárias para a defesa nacional”. Notar aqui que o tipo de ameaça percebido para a vertente atlântica é mais de caráter convencional e estatal que a percebida para a Amazônia tradicional, a “Amazônia Verde”.

Observamos também que a Política de Defesa de 2005 faz coro com a tradição geopolítica brasileira que defende a presença das Forças Armadas na Amazônia como sendo essencial à defesa nacional, mas também à segurança. A revitalização do poder armado do Estado, como representante deste em áreas subdesenvolvidas e baixamente povoadas, se inspira na histórica missão de progresso que as forças armadas apregoaram para si desde o século XIX (McCANN, 1982).

Da Política de Defesa de 1996 para a sua versão de 2005, a Amazônia aparece de forma explícita de duas para sete vezes ao longo dos documentos, respectivamente. Não apenas se percebe um crescimento da referência à região nos documentos de defesa, mas também o detalhamento e inserção da Amazônia na visão de defesa do Brasil começa a ganhar contornos mais operacionais. Esse aspecto, pode ser melhor vislumbrado na Estratégia Nacional de Defesa de 2008.

A Estratégia Nacional de Defesa de 2008

Visando acompanhar a evolução da projeção internacional do Brasil no âmbito político-econômico, é elaborada e apresentada em 2008 o documento Estratégia Nacional de Defesa (END). Tal documento surge com objetivo de elaborar um plano de defesa focado em ações estratégicas de médio e longo prazo e na modernização da estrutura nacional de defesa.

Embora represente, visivelmente, uma evolução em relação aos documentos que anteriormente versaram sobre o tema da defesa no país, a END não cita ou se refere em momento algum aos apontamentos supracitados. A END traz de volta à pauta o tema da Segurança Nacional, assunto que passou por um longo período de nebulosidade por estar tão relacionado ao corpo militar.

O documento foi elaborado em quinze meses de administração do ministro Nelson Jobim⁸, e representa uma tentativa de articulação entre governo e defesa, após o conturbado período de crise na aviação civil brasileira. O presidente Lula expressara, desde o seu primeiro mandato, o desejo de priorizar o setor da defesa nos temas governamentais. Em 2003, na sua Mensagem ao Congresso Nacional, afirmara, “o ministério da Defesa deverá promover a atualização da Política de Defesa Nacional, revigorar o debate sobre temas estratégicos com a sociedade civil e elaborar um Livro Branco de Defesa.”⁹

Uma dos possíveis elementos que acarretam na elaboração da END é a preocupação em relação ao reaparelhamento e renovação das capacidades militares da vizinha Venezuela, sob a presidência de Hugo Chávez, com a compra de novos armamentos, aviões e navios militares.¹⁰ Aspecto que causou desconforto em parte do corpo militar brasileiro, além da preocupação com a perda relativa de capacidade militar na região. Como afirma o general Augusto Heleno Pereira, em entrevista:

(...)a situação vai ficando mais crítica. O nosso fuzil, armamento individual do combatente, e fundamental, tem 43 anos de uso. As nossas viaturas têm, em média, mais de 20 anos. Grande parte da viação do Exército foi comprada em 1988, tem 20 anos. Um país com a estatura geopolítica do Brasil tem que mudar isso. (...)estamos ficando pra trás.

Era visível, destarte, a necessidade de investimento e melhoria no setor da defesa; aspectos estes que ficam claro mesmo numa rápida leitura do documento END. O documento está organizado, em um primeiro momento, em vinte e três diretrizes que visam pautar os temas que merecem atenção especial na agenda de defesa. Focamos na diretriz 10, que versa *Priorizar a Região Amazônica*, uma vez que é o tema do presente artigo. A faixa fronteira amazônica é compartilhada com sete países: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, que totaliza aproximadamente 14.000 Km de território. É perceptível que a região amazônica é apresentada, ao longo do

8

O gaúcho Nelson Jobim foi ministro da defesa empossado em 25 de julho de 2007 e exerceu o cargo até o momento da elaboração deste artigo.

9

Brasil, Presidência da República. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Mensagem ao Congresso Nacional na Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Brasília, 2003 (Defesa Nacional e Política Externa).

10

Sobre a evolução armamentista da Venezuela, ver “Venezuela expande seu poderio Militar”, *O Estado de S. Paulo*, 05/02/2007.

documento, como um elemento central do mesmo, fundamentado na realocação do planejamento estratégico-militar. A diretriz ora abordada aponta:

A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. (END, 2008, p. 7).

É notável a preocupação dada no documento a esta região de importância fundamental para os objetivos estratégicos nacionais. Mas mais uma vez, o documento não deixa claro quais deveriam ser as etapas para a efetiva realização do trinômio sugerido, embora insinue o fortalecimento de projetos existentes na região, tais como o Projeto Calha Norte - lançado no longínquo ano de 1985, e reativado em 2000, quando teve seus ânimos reacendidos pela ativação das ocupações militares do Plano Colômbia - e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) - de importância fundamental para o primeiro dos braços do trinômio em questão, monitoramento/controle. É válido ressaltar que “o SIVAM inclui radares aéreos, móveis e aerotransportados, sensores de terra, redes de telecomunicação e imensos bancos de dados.” (DUNHAM DE CASTRO, 2009, p. 95).

Podemos observar que a formulação deste documento não extingue, mas fortalece outros projetos já existentes para a região, como o supracitado Calha Norte. Para tanto, a END propõe a “promoção de ações de presença do Estado na região amazônica, em especial pelo fortalecimento do viés de defesa do Programa Calha Norte.” (END, 2008, p. 7).

O documento tenta esclarecer, de maneira absoluta, o repúdio das FA brasileiras quanto à qualquer intromissão de outros países, sob qualquer justificativa, na soberania nacional sobre a Amazônia:

O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros - políticos ou econômicos - que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil. (END, 2008, p. 7).

É reforçado, aqui, a prioridade de defesa da Amazônia, cuja soberania é afirmada de modo incondicional, não se admitindo interferência alguma, seja por parte de

indivíduos ou organizações - o que leva a considerar as diversas organizações não governamentais (ONG's) que atuam na região.

Parte integrante das diretrizes da END, é digno de respaldo o Plano Amazônia Protegida (PAP), projeto “que é um abrangente conjunto de ações estratégicas dirigidas para a preservação da soberania brasileira sobre a sua região amazônica, tendo a segurança, o desenvolvimento e a preservação como eixos estruturantes, cumprindo diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa.” Entre outros aspectos, o PAP visava a criação de 21 novos pelotões de fronteira.¹¹

A END é uma importante ferramenta para a compreensão dos objetivos estratégicos nacionais. No tocante à região amazônica, aponta caminhos para que se tenha o eficaz controle do território, que não necessariamente são dissidentes ou representam ruptura com os projetos anteriores (as duas versões das políticas de defesa nacional), a Amazônia brasileira vem recebendo um maior foco e papel nas diretrizes e prioridades da Defesa. O documento explicita a importância primordial da região para os interesses brasileiros e o desejo de reforçar nossa soberania sobre a mesma.

Reorganização geográfica das Forças Armadas e a Amazônia

É notável, nos últimos anos, especialmente depois dos entendimentos com a Argentina nos anos 1980, a atenção dada pelo corpo militar brasileiro à região amazônica. As hipóteses de guerra com que trabalham as FA do Brasil passaram a focar-se na Amazônia e Andes. A supracitada movimentação militar de países vizinhos e a intensa mobilização desse aspecto nas subregiões em questão, também impulsionaram a precaução das forças armadas brasileiras. O objetivo a ser explorado nesta seção é apontar quais ações têm sido tomadas por parte do governo brasileiro que demonstram uma modificação ou continuidade no seu planejamento estratégico para a região.¹²

A ampliação das notícias referentes à crise colombiana e o ressurgimento de grupos insurgentes no Peru, além da expansão do narcotráfico, trouxeram à tona a

¹¹

Para melhor compreensão do PAP, o Exército Brasileiro disponibilizou um vídeo oficial que explica os principais pontos do programa. O vídeo pode ser visto Projeto Amazônia Protegida – Exército Brasileiro – Estratégia de Defesa Nacional. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=EOnnEYP-nwA> Acesso em: 23 jun. 2011.

¹²

Planejamento estratégico será entendido como a “soma de aspectos da política de defesa nacional, da política externa, dos projetos de desenvolvimento sócio-econômico e dos projetos de ocupação e integração territorial.” (DUNHAM DE CASTRO, 2009, p. 90).

importância da ocupação de região Amazônica para a população brasileira, que passou a exigir maior interação do governo brasileiro com a área. A questão foi trazida para a opinião pública brasileira e para os tomadores de decisão dos diversos órgãos estatais relacionados a aspectos da estratégia de planejamento amazônico.

Um dos principais aspectos relacionados à regionalização do problema amazônico é a incorporação do Peru e da Colômbia no contexto da guerra contra as drogas. A injeção de recursos ligados à compra de material bélico e treinamento de pessoal pode ser fruto de falha de percepção por países com os quais Colômbia e Peru mantêm interações estratégicas, como Chile, Equador e Brasil. Para estes, a expansão dos pacotes de ajuda estadunidenses, seja por meio do DEA ou do Departamento de Estado, é um item de preocupação para o teatro de operações amazônico. Nesse sentido, a instabilidade na subregião amazônica projeta questões de insegurança para a área amazônica, historicamente sensível ao imaginário estratégico dos militares brasileiros.

Com o objetivo de trazer segurança e desenvolvimento para uma região minimamente povoada, além de aumentar as relações com os países vizinhos, os entusiastas “*amazonistas*” das FA elaboram e lançam, em 1985, o Projeto Calha Norte (PCN). O garimpo, desmatamento e devastação ambiental em geral, também colaboraram com o avanço de um projeto desta natureza. O PCN não foi originado com o intuito de tornar-se um pacote militar, pois a grande responsabilidade por tal metamorfose se deu ao pouco interesse dos setores civis na área. Para o General Alberto Cardoso¹³:

(...)o Calha Norte nunca foi um projeto militar, mas sim interministerial, que se baseava em pólos de desenvolvimento. Ficou com cara militar porque, na hora de ir para dentro da selva, só apareceram as Forças Armadas. A ideia, de fato, é retomar o Calha Norte na sua concepção original, com pólos de irradiação de desenvolvimento.

O ano inicial de conclusão do PCN era 1997, entretanto, este objetivo não se concretizou, ficando o projeto adormecido até 2000, quando teve seus ânimos reacendidos pela reativação das preocupações militares quanto ao Plano Colômbia. Neste momento, o Projeto Calha Norte deveria fomentar a criação de quatro novos pelotões de fronteira, com pavilhões militar (40 a 60 homens) e civil (IBAMA, MEC,

13

Então chefe da Casa Militar da Presidência da República.

FUNAI, PF, entre outros), em torno dos quais surgiriam vilas e depois cidades, “vivificando” e tornando perenes as fronteiras. Deste modo, o PCN buscava solucionar um dos maiores problemas para a segurança das subregiões amazônicas, o baixo nível de povoamento.

Outro projeto que torna visível a mudança de eixo das FA brasileiras é o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), que tem objetivos bastante similares aos do PCN. Alguns autores chegaram a dizer que o SIVAM não passava de um Calha Norte melhor equipado e eletrônico. Entretanto, faz-se válido frisar que o SIVAM busca ser de grande importância no auxílio da movimentação das tropas, graças à gama de informações geofísicas, biológicas e sociais que, espera-se, que o mesmo gere. A interação entre sistemas de informação e mobilização de tropas deveria criar uma poderosa ferramenta de defesa das fronteiras.

O SIVAM ganhou proeminência com a evolução do problema do narcotráfico nos países vizinhos, uma vez que a quantidade de vôos ilegais crescia em quantidade considerável. Entretanto, foi com o Plano Colômbia que o sistema teve sua maior ampliação, logo que os Estados Unidos intensificaram o combate às guerrilhas por meio de interceptação aérea. Assim, “O SIVAM inclui radares aéreos, móveis e aerotransportados, sensores de terra, redes de telecomunicação e imensos bancos de dados.” (DUNHAM DE CASTRO, 2009, p. 95).

Considerações finais

Normalmente caracterizada como uma região livre de conflitos de grande porte entre os Estados que a compõem, a América do Sul é, entretanto, palco de notáveis dinâmicas de segurança que se amontoam neste complexo regional de segurança. Ainda que não represente um cenário de guerras entre Estados, a América do Sul engloba conflitos de baixa e média intensidade. Também é válido destacar a gigantesca assimetria entre os países da região no tocante à distribuição de poder material.

As Forças Armadas do Brasil passaram a focar no teatro de operações amazônico, sendo a subregião andina uma fonte de instabilidade, ainda que reine um clima de confiança mútua com os governos dos demais países amazônicos. Abordados neste artigo, Colômbia e Peru representam peças fundamentais no tabuleiro da região amazônica. Concebidos como as possíveis hipóteses de guerra com as quais trabalham as FA brasileiras, estes países são analisados sob a perspectiva de fonte de informações de quais atitudes devem ser tomadas na subregião em apreço. A cooperação

internacional poderia ser utilizada em busca de uma solução para os problemas da Colômbia, entretanto, ainda não está claro se será possível obter esse apoio para uma nova arquitetura de segurança para a região, em especial via Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da Unasul.

A rivalidade Chile-Peru, por sua vez, parece ser a causa maior do alto grau de militarização peruana. Além disso, a eterna luta interna contra o Sendero Luminoso também colabora em alto padrão com esses números. Como apresentado anteriormente, o grupo guerrilheiro vive um processo de possível reaquecimento de antigas fagulhas.

A militarização na região amazônica causa preocupação, no entanto, não parece ainda ameaçadora. Entretanto, o impasse estrutural que desestimula os diversos atores envolvidos internamente a buscarem uma solução negociada, permite, com algum grau de certeza, antever que a crise continuará nos próximos anos. Logo, a questão permanecerá na agenda da política externa do Brasil e imporá constantes desafios, na medida direta da realização do potencial de efeitos ainda não verificados sobre o Brasil. Mesmo que não sejam impactos sobre o território brasileiro, mas sobre outros países andinos e amazônicos, podem limitar o alcance da integração sul-americana, nos moldes defendidos pelo Brasil.

No entanto, mesmo após os acontecimentos supracitados, a região amazônica nem sempre gozou de tamanho destaque nos documentos oficiais de segurança e defesa do Brasil. Como apresentado neste artigo, entretanto, a evolução nas discussões da temática em debate não deve ser considerada uma ruptura no planejamento estratégico do Brasil para a região amazônica. Podemos sim, analisar tal mudança como o entendimento da necessidade de um maior detalhamento e maior foco na Amazônia e na ideia de presença das FA como força dissuasória e como representante do Estado Brasileiro.

Transformada em documento oficial a partir do decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, a *Estratégia Nacional de Defesa* apresenta importantes avanços quando comparada a suas congêneres, as *Políticas de Defesa Nacional* de 1996¹⁴ e de 2005¹⁵. Destaca-se na END a forte ênfase na defesa da Amazônia, destinando a ela espaço significativo. O trinômio “monitoramento/controle, mobilidade e presença” vem

¹⁴Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/DEFES.htm

¹⁵Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=home>

sendo acompanhado de medidas concretas, como a criação de novos Pelotões Especiais de Fronteira¹⁶ e de novas bases de desdobramento tático do SIVAM¹⁷.

No entanto, sinalizações positivas de ordem estrutural podem ser sentidas com a Lei Complementar nº 136, a Lei da *Nova Defesa*. Além de reestruturar as Forças Armadas, contribuindo para uma melhor coordenação entre as forças e divisão de competências, o novo ordenamento jurídico da defesa nacional robustece os marcos legais para a implementação da END, que ainda sofre com problemas de dotação orçamentária. Embora recentes, esses aspectos contribuem para o processo de “securitização” do conflito colombiano no Brasil, possibilitando ao país agir de acordo com o desafio colocado pelas novas ameaças advindas do arco de instabilidade andina. Finalmente, o próprio caráter de guerra irregular do conflito colombiano e o desenrolar da problemática peruana tornam-se, lentamente, um item imprescindível na agenda brasileira de segurança regional.

Referências

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa. Comitê Ministerial de Formulação da Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2008.

_____. **POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL**, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm Acesso em 23 de junho de 2011.

_____. **POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL**, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/DEFES.htm Acesso em 23 de junho de 2011.

BUZAN, Barry, WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis.** Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CARVALHO, Patrícia E. da S. C. **AMAZÔNIA PROTEGIDA: O Serviço de Saúde do Exército Brasileiro inserido no Plano Amazônia Protegida:** a importância do apoio médico comunitário pelo Serviço de Saúde do Exército como instrumento integrador. Rio de Janeiro, 2009. 50 p. Trabalho de conclusão de curso. Disponível em:

^{16a}

Exército cria 28 Pelotões Especiais de Fronteiras”. Disponível em: <http://www.revistaforcasarmadas.com.br/revista/estrutura/home4> Acesso em 08 de Novembro de 2010.

¹⁷

Base Aérea de Vilhena (Roraima) e Base Aérea de Eirunepé (Amazonas). http://freepages.military.rootsweb.ancestry.com/~otranto/fab/comandos_aereos.htm

http://www.essex.ensino.eb.br/doc/PDF/PCC_2009_CFO_PDF/1%BA%20Ten%20AI%20PATRICIA%20ELISABETE%20DA%20SILVA%20CURI%20CARVALHO.pdf Acesso em: 23 de junho de 2011.

CASTRO, André Dunham de. **A crise na Colômbia: impactos e implicações para o Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

GODOY, Roberto. **Venezuela expande seu poderio Militar**. *O Estado de S. Paulo*. Disponível em http://defesanet.web.terra.com.br/zz/al_ven_subs_1.htm Acesso em 23 de junho de 2011.

HELENO, Augusto. **Amazônia é prioridade militar**. Entrevista a NORONHA, Márcio. Disponível em http://www.ensino.eb.br/cpeceme/docs/informativos/Brasil-FormaEReformaDoEstado/Amazonia_prioridade_militar.pdf Acesso em 23 de junho de 2011.

McCANN, Frank. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro**. Recife: Editora Guararapes, 1982.

RIZZO DE OLIVEIRA, Eliézer. A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas. **Revista Interesse Nacional**, Ano 2, Ed. 5, abr./jun. de 2009. Disponível em http://interessenacional.uol.com.br/artigos-integra.asp?cd_artigo=40 Acesso em 23 de junho de 2011.

Recebido em Abril de 2012.

Publicado em Julho de 2012.